



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.

(Do Senhor Professor Israel Batista)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater os impactos dos cortes orçamentários da Educação em 2019 no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública no âmbito da SUBCOMISSÃO ESPECIAL para debater os impactos dos cortes orçamentários da Educação em 2019 no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, no dia 22 de outubro de 2019. Solicito que a audiência seja realizada no formato com 2 mesas de 6 convidados cada e que sejam chamados os representantes das seguintes instituições:

- **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;**
- **Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED;**
- **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;**
- **União Nacional dos Estudantes – UNE;**
- **União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES;**
- **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES;**
- **Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES;**



- **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF;**
- **A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes;**
- **Todos pela Educação;**
- **Campanha Nacional pelo Direito à Educação;**
- **Ministério da Educação – MEC;**
- **Tribunal de Contas da União - TCU;**
- **Associação Nacional dos Estudantes de Pós Graduação – ANPG;**
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado por unanimidade no Congresso Nacional após quatro anos de intenso debate com a sociedade e sancionado sem vetos pela então presidenta Dilma Rousseff, reflete o acúmulo das conferências nacionais de educação e reúne um conjunto de metas e estratégias que devem nortear as políticas educacionais em todas as esferas de governo.

Ampliar o investimento público de 6% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em 10 anos – é o que prevê a meta 20 do Plano Nacional de Educação. Passados quase 4 anos de vigência, a meta ainda está longe de ser cumprida. Segundo o alerta de especialistas, o congelamento definido pelo Emenda Constitucional 95 (EC 95), que limita gastos nas áreas sociais por 20 anos, inviabiliza as melhorias educacionais e, com isso, impossibilita o cumprimento do PNE.

O PNE sintetiza os principais desafios da sociedade brasileira na área da educação, descartando soluções mágicas e apontando caminhos concretos para a redução das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade do



ensino, como a expansão do acesso à educação infantil em creches, a oferta de educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, a equiparação do salário dos professores da educação básica ao salário de outras categorias com formação equivalente, a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), a expansão do acesso ao ensino superior e à pós-graduação, a destinação de 10% do PIB para educação, dentre outros avanços imprescindíveis para que possamos inserir o Brasil em outro patamar de desenvolvimento social e econômico. Os cortes orçamentários realizados durante o ano de 2019 na pauta da Educação, incluindo o orçamento direto ao MEC, FNDE e cortes de bolsas CAPES e CNPq sem dúvida impactam diretamente na qualidade da Educação brasileira e no cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Tendo em vista a relevância do Plano Nacional de Educação (2014-2024), a importância da mobilização de parlamentares, governo federal e local, assim como as organizações da sociedade civil para o monitoramento do cumprimento das referidas metas e estratégias requeiro a realização do referido evento.

Certos da relevância da medida que ora apresentamos, contamos com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Comissões, 17 de Setembro de 2019.

DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA
PV/DF